



Mário Abrantes

Leite, Pobreza e Rainha

Os produtores de leite nos Açores, tal como no país, estão a ficar apenas com 20% da mais valia criada pelo seu trabalho e investimento no setor (assumindo a maioria dos encargos e riscos com a produção), enquanto a indústria fica com cerca de 33%, e a distribuição, que na fileira apenas vende a mercadoria (acrescentando muito pouco à sua criação), fica com quase metade, cerca de 48%. São os grandes grupos da transformação e da distribuição a sugarem a valia criada pelos produtores de leite, que são cada vez menos.

Enquanto a indústria e a distribuição vão vendo crescer os seus lucros à custa dos lavradores e dos baixos salários de quem para elas trabalha, as sucessivas baixas do preço do leite pago ao produtor, sem as correspondentes baixas nos custos de produção, têm colocado cada vez maiores dificuldades e ameaças dramáticas de falência às explorações leiteiras açorianas, que, apesar disso, atualmente ainda asseguram cerca de 30% do abastecimento nacional neste produto e seus derivados, e continuam a constituir um dos pilares económicos básicos e alternativos ao turismo na Região.

Disso mesmo se vem queixar publicamente esta semana Jorge Rita, o presidente da Federação Agrícola dos Açores, criticando ainda os atrasos no pagamento aos produtores dos apoios públicos e comunitários, decorrentes da situação periférica e desigual dos Açores face à abertura do mercado externo continental que resultou da nossa adesão à União Europeia.

Certamente arrependidos estarão hoje Jorge Rita e os lavradores açorianos de, aliando-se à Câmara do Comércio e Indústria dos Açores e à UGT, terem depositado tanta confiança na atual amálgama direitista que governa a Região, julgando que eles iriam trazer para o setor uma política diferente da anteriormente liderada pelo PS, e que haveria almoços grátis à custa do voto favorável e submisso à Política Agrícola Comum (PAC) da UE...

Entretanto, a caminho dos 50 anos da Revolução Portuguesa de Abril de 1974, os últimos dados da pobreza no país, divulgados esta semana e relativos a 2021/22, mostram-nos que voltámos a regredir graças sobretudo à prioridade dada pelo governo de maioria absoluta do PS às medidas assistencialistas nos vários setores, e ao crescimento da exploração com a falta de medidas visando aumentar salários e repor os direitos dos trabalhadores

retirados pela “troika” e o governo PSD/CDS. Um terço das famílias portuguesas não chega aos 834 € brutos de rendimento mensal. Com a subida dos preços, os atuais 760 € de salário mínimo não valem mais que 678 €. As casas aumentaram 90%. Os sem-abrigo continuam a aumentar (fazendo crescer o nariz do Presidente da República) sendo agora sobretudo jovens a engrossar as suas fileiras. O risco de pobreza volta a subir (1,7 milhões de portugueses, que não ganham mais que 551 € por mês, englobando 10% dos trabalhadores). Dos Açores sabe-se já que as notícias são ainda piores e delas daremos conta quando tivermos mais pormenores. Para já, de referir apenas que o rendimento médio dos açorianos está cada vez mais longe do da União Europeia (recuou para os 70%) ...

Por último, destaque para as revelações públicas de que Ursula Von der Leyen, pela boca de muitos eurodeputados e funcionários da Comissão Europeia, já se julga a rainha da UE, ultrapassa as suas funções, ignora vários governos europeus na tomada de decisões, governa por decreto e faz panelinha com uma corte de conselheiros. A última foi a ida, por decisão unilateral, a Israel, mais a pateta da Roberta Metsola (Parlamento Europeu), para lhe manifestar solidariedade, esquecendo-se de apelar ao respeito pelos direitos humanos em Gaza, por parte do Estado visitado...



Alberto Peixoto

Quanto tempo vai durar a intervenção?

Decorridos treze anos sobre a data em que assinei a diretiva n.º 2/2010 sobre a forma como os agentes da polícia municipal de Ponta Delgada deveriam intervir na problemática dos “sem-abrigo”, eis que a Câmara de Ponta Delgada decide repor em prática os procedimentos.

Depois de tudo o que se disse, se escreveu e das considerações e das falsidades propagadas pelos inqualificáveis do costume, foram precisos 13 anos, um estudo dirigido pela associação Novo Dia para se chegar à conclusão que a forma adequada de intervenção na problemática era o que estava estampado na referida diretiva.

É discurso fácil dizer-se que a problemática dos sem-abrigo não é de cariz policial. É discurso fácil dizer-se que os técnicos de intervenção social nada conseguem fazer contra quem não quer ajuda. É discurso fácil dizer-se que as ambulâncias não são para transportar sem-abrigo embriagados. É discurso fácil dizer-se que os sem-abrigo têm direito a estar na rua. É discurso fácil argumentar-se tudo quanto se quiser para justificar a omissão da ação.

Tal como diz o provérbio: “quem quer faz, quem não quer arranja desculpas.”, foi exatamente o que se passou durante mais de uma década em Ponta Delgada relativamente à questão dos sem-abrigo.

Como sempre, bem no timbre da arte de ser português, como diria Teixeira de Pascoais, é preciso que uma problemática atinja uma dimensão expressiva, para se encontrar motivação para intervir. Foi o que se

passou e com a particularidade de alguns dos responsáveis pela ação, ou melhor pela omissão, terem lavado as mãos, jurando a pés juntos que nada podiam fazer.

Como se ousa dizer, mais vale tarde que nunca, contudo não basta o anunciar na comunicação social a assinatura de um protocolo e o arranque da intervenção. Importa sobretudo, que agora se faça um trabalho robusto, monitorizado, com relatórios periódicos das ações, dos resultados, e com capacidade de se reavaliar e ajustar as estratégias. É fundamental que os intervenientes tenham a convicção de que estão a seguir a estratégia correta, de contrário, será mais uma iniciativa, com os dias contados e com resultados aquém do desejado.

É pena que a PSP não se tenha também associado ao protocolo como entidade parceira do projeto, até porque está “condenada” a fazer parte da intervenção sempre que se verificar uma alteração da ordem pública, com a intervenção dos técnicos, o que, infelizmente, por vezes acontece.

Na realidade tudo não passa de uma questão de sentido de dever de ação, de responsabilidade e de comprometimento com a “coisa pública”, porque em matéria de intervenção social, para mudar comportamentos e atitudes, todos somos sempre poucos.

Resta-nos esperar pelos futuros atores, porque alguns já passaram à história sem honra nem glória...